

IEA Brazil Gas Workshop 2019

Session 6

Mantendo a qualidade regulatória em um mercado crescente

SECRETARIA DE
AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO,
ENERGIA E LOTERIA

SECRETARIA ESPECIAL DE
FAZENDA

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PAÍS AMADO
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

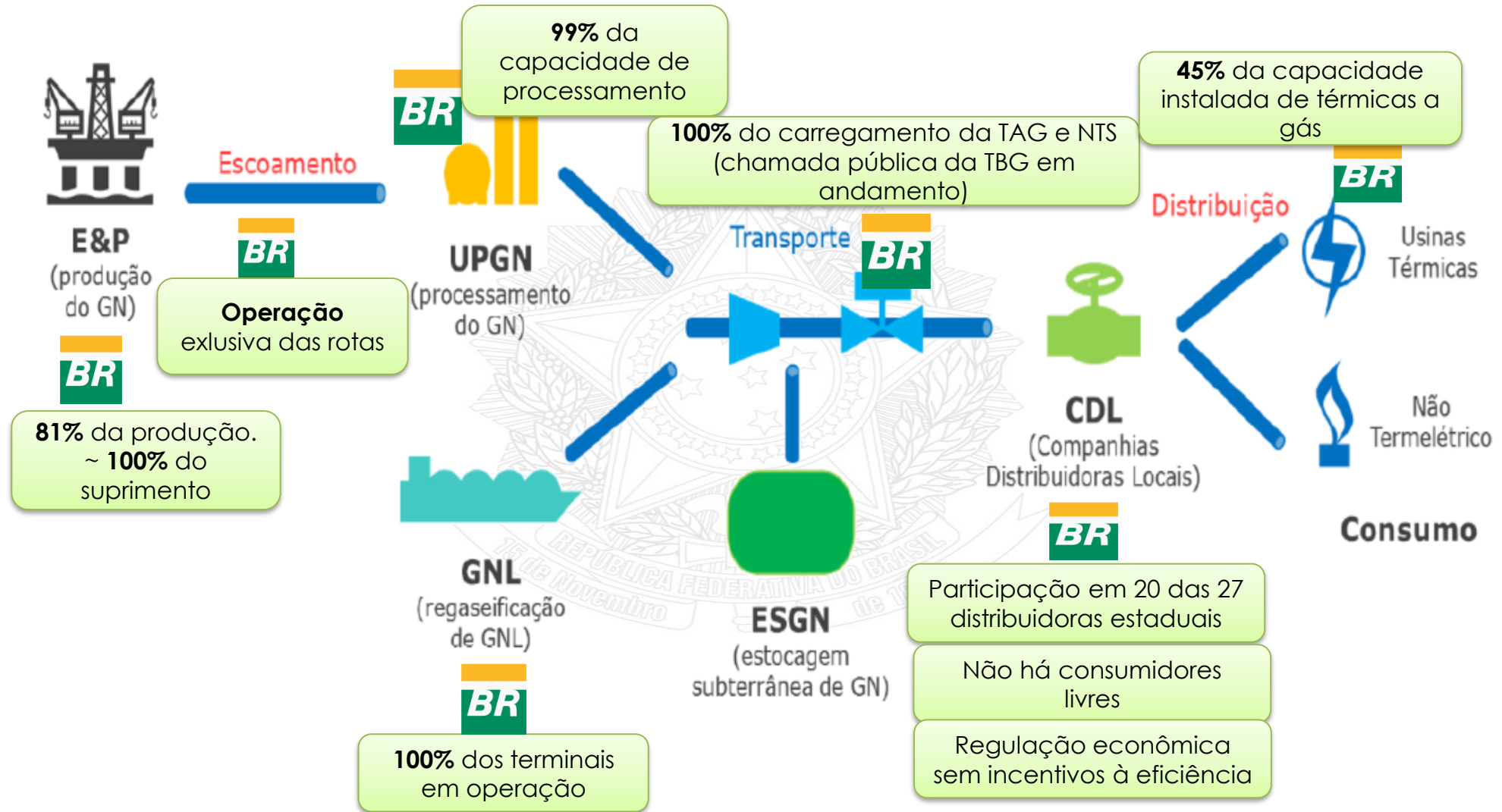
PAÍS AMADO
BRASIL

www.economia.gov.br

Agenda

- O contexto atual do mercado de gás no Brasil
- Oportunidade
- Como transformar a oportunidade em benefício
- A distribuição de gás natural no Brasil
 - Contextualização
 - Aprimoramentos necessários
 - Como encaminhar a agenda no âmbito estadual

O Mercado de Gás Natural no Brasil



O Mercado de Gás Natural no Brasil

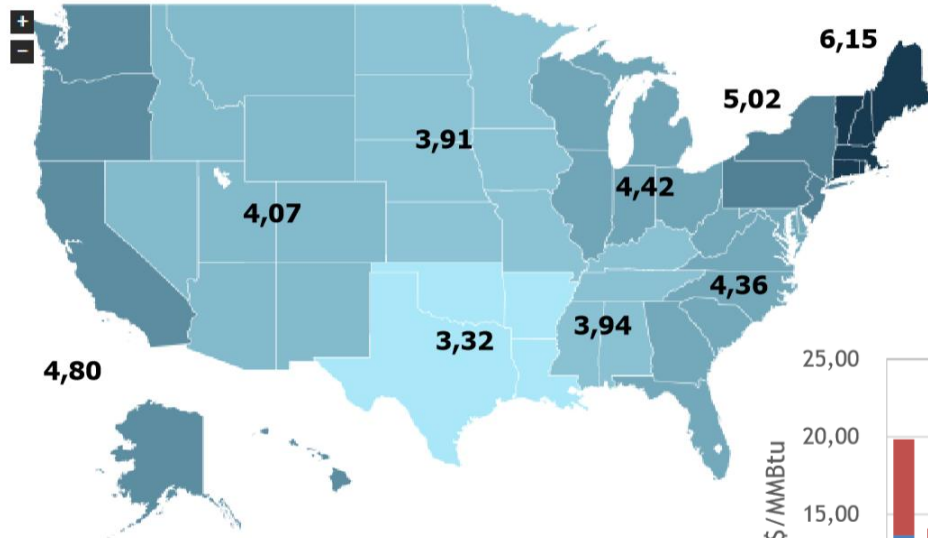


Figura 1. Preços médios de gás natural para consumidores in

- Preço do Gás Natural no Brasil é pouco competitivo
- Dados de 2018 – Fonte (EPE)

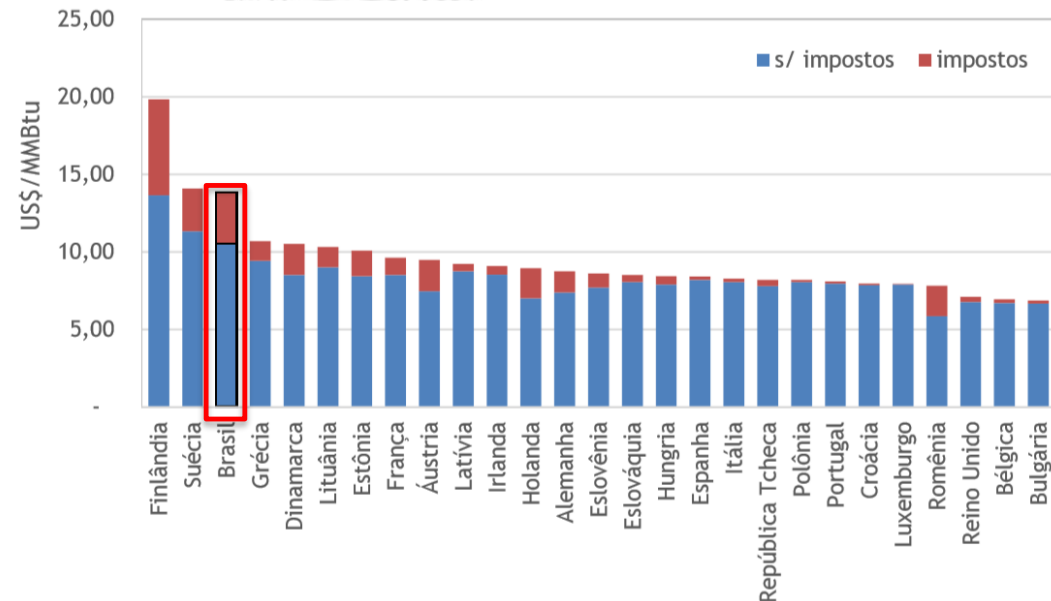
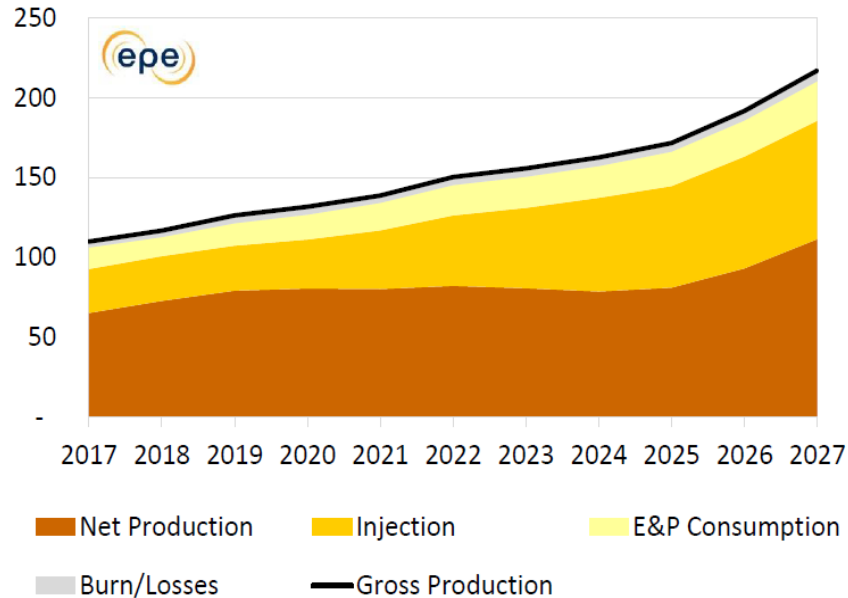


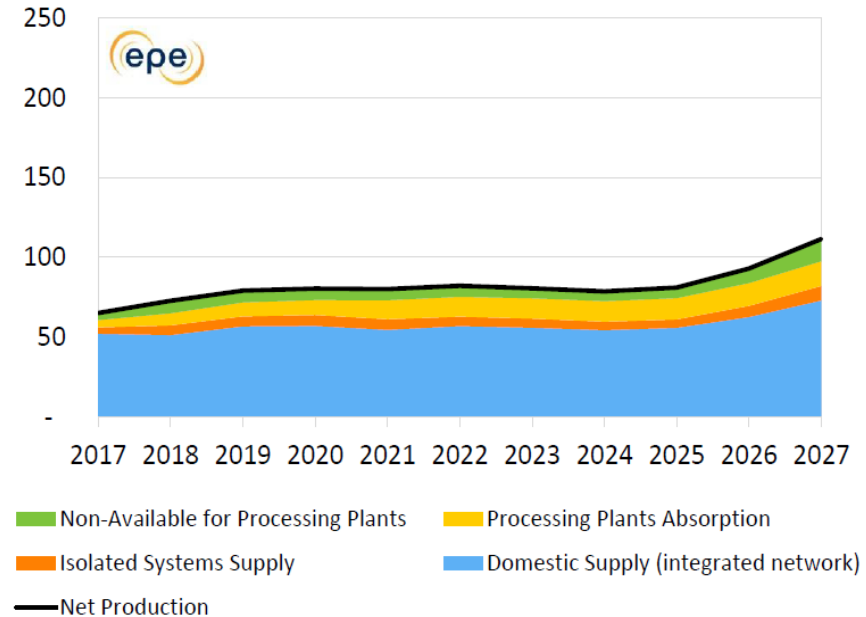
Figura 12. Comparação dos preços de gás natural para o consumidor industrial em países selecionados - média para o primeiro semestre de 2018.

Oportunidade

GROSS AND NET PRODUCTION OF GAS
(million m³/day)



NET PRODUCTION AND DOMESTIC SUPPLY OF GAS
(million m³/day)



- Choque de oferta - Em poucos anos o Brasil vai dobrar a sua produção de Gás Natural
- Leilão dos Excedentes da Cessão Onerosa, em conjunto com os demais leilões e exploração de gás em terra – Brasil será 5º maior produtor
- Gás associado à exploração de Petróleo – reduzido *break even*
- Parte relevante do gás tem baixo teor de CO²

Como transformar a oportunidade em benefícios para a sociedade?

O Novo Mercado de Gás

- Criar as condições para monetização do gás natural produzido.
- Revisão estrutural do mercado de gás e modernização da regulação.
- Assegurar competição nos segmentos concorrenciais e regulação eficiente nos monopólios naturais.
- Agenda completa, passando pela exploração e produção, escoamento, processamento, terminais de GNL, transporte, distribuição e comercialização.
- Benefícios potenciais de preços competitivos de gás natural:
 - *Redução do preço da energia elétrica (combustível da transição energética)*
 - *Insumo energético fundamental para a indústria nacional*
 - *Integração entre os setores de gás com os setores industriais e elétricos.*
 - *Investimentos no setor de gás*
 - *Arrecadação e PIB dos Estados*
 - *Internalização do desenvolvimento (alternativas antes inviáveis para o gás on shore)*
- Sem o Novo Mercado de Gás, o gás natural produzido poderia ser reinjetado, exportado ou vendido para o incumbente (monopsônio)

A distribuição de gás natural no Brasil

SECRETARIA DE
AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO,
ENERGIA E LOTERIA

SECRETARIA ESPECIAL DE
FAZENDA

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PAÍS AMADO
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PAÍS AMADO
BRASIL

www.economia.gov.br

Contextualização



- Com Participação Gaspetro
- Sem Participação Gaspetro
- Estado Sem Distribuidora

- Constituição Federal - Competência atribuída aos estados para legislar, regular e conceder sobre distribuição de gás natural.
- Empresas privadas - Rio de Janeiro e São Paulo
- As demais são controladas pelo Governo do Estado.
- Petrobras participa em 20/27.
- Contratos de concessão com pouco incentivo à eficiência

Contextualização

Estados	AL, BA, CE, PE, MS, PB, RS, SE	RJ	ES, MG, SC, SP
Periodicidade das revisões tarifárias e metodologia adotada	Anual	Quinquenal	Quinquenal
Metodologia de Regulação	Custo do Serviço	Regulação por Incentivos	Regulação por Incentivos
Assinatura do contrato de concessão	1992 a 2003	1997	1993 a 1999
Vigência	30 a 50 anos	30 anos	30 a 50 anos
Metodologia Taxa de Remuneração	Taxa definida em contrato	CAPM	WACC
Taxa de Remuneração	20%	9,76%	9,17%
Metodologia de Remuneração de Custos	Taxa definida em contrato	Não há remuneração de custos	Não há remuneração de custos
Taxa de Remuneração dos Custos	20%	NA	NA
Base de Cálculo para abertura das tarifas (% do mercado faturado)	80%	100%	100%

Fonte: FGV (2019a).

Os aprimoramentos identificados pelo Comitê do Novo Mercado de Gás

**Modernização
da Regulação**

**Fortalecimento
das Agências
Reguladoras**

**Ajustes
Tributários**

Privatização

* Sempre por meio de incentivos, respeitando a autonomia dos Estados.

Modernização da Regulação

Item	Atual	Objetivo
Consumidores Livres	Regulação pouco efetiva e não uniforme	Diretrizes claras, harmonização e possibilidade efetiva de migração para o Mercado Livre
Atividade da distribuidoras	Predomina o tratamento conjunto da distribuição e comercialização	Separação das atividades de distribuição e comercialização
Desverticalização	Possibilidade de aquisição da molécula de empresa parte relacionada (<i>self dealing</i>)	Empresas que atuam no E&P e comercialização não deveriam atuar no transporte e distribuição.
Aquisição de Gás Natural	Predominam negociações bilaterais pouco transparentes	Chamadas públicas com possibilidade de participação de todos os produtores/comercializadores. Transparência dos contratos repassados para as tarifas.
Regulação Econômica	Predomina o Custo do Serviço e revisões tarifárias anuais	Regulação por incentivos à eficiência com revisões tarifárias a cada 4 ou 5 anos
Taxa de Remuneração	Predominam Taxas Definidas no Contrato de Concessão, de até 20% a.a.	Devem ser calculadas pela Agência Reguladora, observado o risco do negócio e as metodologias usualmente utilizadas
Base de Incidência da Taxa de Remuneração	Predomina a incidências sobre a base de ativos e sobre os custos operacionais	Remuneração somente sobre a base de ativos
Custos Operacionais	Predomina não só o reconhecimento dos custos, mas sua remuneração. Premia a ineficiência	Reconhecimento dos Custos Operacionais Eficientes
Estrutura Tarifária	Permite subsídios cruzados entre consumidores	Definida conforme a utilização do serviço pelos segmentos de consumo

Fortalecimento das Agências Reguladoras Estaduais

Autonomia / Governança

- Dirigentes com mandatos fixos e não coincidentes com o Governador
- Escolha técnica dos Dirigentes
- Decisões colegiadas e precedidas de análise técnica e jurídica
- Última instância administrativa em regulação e fiscalização

Transparência / Participação Pública

- Consultas Públicas em atos normativos e revisões tarifárias
- Publicidade dos atos e notas/pareceres que motivam as decisões
- Reuniões públicas de Diretoria

Capacidade Técnica

- Quadro técnico especializado em regulação de monopólios naturais
- Análise de Impacto Regulatório

Ajustes Tributários

Medidas de Curto Prazo

- Aprovado no CONFAZ a revisão do Ajuste SINIEF 03/2018
- Permite a conclusão da chamada pública do GASBOL
- Condição precedente de eficácia do Termo de Compromisso firmado entre CADE e PETROBRAS

Medidas Estruturais

- Lei Complementar – Consolidar as decisões tomadas pelo CONFAZ
- Resolução do Senado – uniformização das alíquotas interestaduais de ICMS
- Emenda a Constituição – aproveitamento de créditos de ICMS de Térmicas a Gás Natural

Privatizações

Motivação

- Estados deixam de ter duas funções – poder concedente (define as regras) e prestador do serviço (é afetado pelas regras)
- Baixa capacidade de investimento das empresas estatais
- Momento para rediscutir as cláusulas contratuais, sobretudo as cláusulas econômicas

Cuidados

- Preservação dos contratos – eventuais reequilíbrios devem ser discutidos
- Evitar que a tarifa seja majorada por incluir nas bases de remuneração valores de outorga

Como encaminhar a agenda de âmbito estadual

Item	Efeito Demonstração	Plano de Equilíbrio Fiscal	Possíveis contrapartidas dos estados (em análise)	Capacitação das Agências Estaduais	Boas Práticas Publicadas pela ANP	Lei Complem., Res. do Senado e PEC
Modernização da Regulação						
Fortalecimento das Agências Estaduais						
Ajustes Tributários						
Privatização						

Conclusões

- Novo Mercado de Gás é agenda estrutural para modernização da regulação e ampliação da concorrência
- Objetivo de criar as condições para monetização do gás natural
- Com as condições criadas, as soluções devem ser de mercado
- Estados têm muito a ganhar com a modernização do mercado de gás: instalação de indústrias, usinas termelétricas, expansão da malha de distribuição, desenvolvimento do mercado, arrecadação.
- Para isso, os pontos fundamentais são:

**Modernização
da Regulação**

**Fortalecimento
das Agências
Reguladoras**

**Ajustes
Tributários**

Privatização